

## Editorial

Nesta edição da Revista RET-SUS o destaque é para a questão do financiamento da saúde. A Emenda Constitucional nº 29 foi regulamentada. O Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 1/2003, do deputado Guilherme Menezes (PT-BA), foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 31 de outubro. Foram 291 votos a favor, 111 contrários e uma abstenção. Mas o projeto segue para o Senado, onde ainda pode sofrer alterações.

Além de garantir recursos mínimos para as ações de saúde pública vindo dos estados, municípios e União, o texto do Substitutivo da EC 29 que foi regulamentado aponta outra fonte de recursos para o SUS: o aumento da porcentagem da CPMF que vai para a saúde. O acréscimo será gradual até 2011. Já no próximo ano serão R\$ 4 bilhões a mais vindos somente do imposto.

Para que você fique por dentro dessa discussão, entrevistamos o deputado federal Darcísio Perondi (PMDB – RS), presidente da Frente Parlamentar da Saúde, e o médico pediatra e sanitarista Gilson Carvalho, especialista em financiamento na saúde. As entrevistas completas começam na página a seguir.

Na seção Especial, acompanhe a matéria sobre o 3º eixo da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que vai discutir o controle social no SUS.

Na matéria, você saberá que o controle social deve, entre outras coisas, ter autonomia

e capacidade de elaborar, influenciar e vetar políticas de saúde; avaliar as condições materiais, técnicas e contextos políticos envolvidos com o funcionamento dos Conselhos e das Conferências de Saúde; e construir caminhos para a integração das diversas instâncias de controle social das políticas sociais e econômicas que contribuam para a adoção de um modelo de desenvolvimento humano e sustentável.

Você saberá ainda como algumas Escolas Técnicas do SUS têm colaborado na capacitação de conselheiros de saúde. Duas das nossas ETSUS - a de São Paulo e a do Pará - realizam cursos de 40 horas voltados para os conselheiros.

A cobertura completa da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá em Brasília entre os dias 14 e 18 de novembro, você lerá na próxima edição da Revista RET-SUS.

Por fim, ao final da Revista você acompanha, como sempre, o trabalho das Escolas Técnicas do SUS em todo o país, organizando eventos, promovendo cursos, elaborando e desenvolvendo projetos de pesquisa, formando trabalhadores e docentes para o SUS e tudo mais. Está tudo nas seis páginas da seção Aconteceu nas ETSUS.

Boa leitura.  
Um abraço a todos.

**Renata Reis**

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Quero formalizar meus parabéns pelo excelente tratamento dado pela publicação ao tema das Fundações Estatais.

**Felix Rosenberg**

Rio de Janeiro - RJ

Sou professora do curso de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ) e atuo na disciplina de Prática de Ensino da Licenciatura, a qual atua em cursos técnicos de Enfermagem. Os textos da RET-SUS vêm colaborando na construção de minhas aulas e discussões com os alunos. Mas apanho emprestada em bibliotecas. Seria importante recebê-la para subsidiar minhas aulas e também para divulgá-la junto aos alunos.

**Donizete Daher**

Niterói - RJ

Sou ACS e quero parabenizar toda a equipe da Revista RET-SUS pelo brilhante trabalho de divulgação. Conheci essa magnífica Revista através de uma amiga e fiquei encantada com as matérias. Tenho orgulho do que faço e desempenho minhas atividades de educação em saúde na comunidade Tito Silva e, atualmente, faço o curso técnico.

**Maria Edjane Costa dos Santos**

João Pessoa - PB

Como dentista do PSF do município de OuroLândia, penso que a Revista RET-SUS nos coloca informados sobre os direitos à saúde, os quais devemos passar à população. Parabéns também pelo site.

**Vera Lúcia Rocha Mota**

Jacobina - BA

# Regulamentação da Emenda Constitucional 29 e

Leia abaixo entrevistas com o presidente da Frente Par

A questão do financiamento da saúde ganhou as páginas dos jornais e a centralidade da cena política brasileira nas últimas semanas. E isso se deve, principalmente, a dois projetos relativos a esse tema que estão tramitando, ao mesmo tempo, no Congresso Nacional: a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a regulamentação da Emenda Constitucional 29 (EC 29). Até a data de fechamento desta edição, este último projeto tinha sido aprovado na Câmara e estava aguardando a votação no Senado.

Na origem dos dois projetos está a convicção de que os R\$ 47,8 bilhões destinados pela lei orçamentária para a Saúde em 2008 não serão suficientes, como não têm sido até hoje.

A CPMF foi criada em 1997, substituindo o então IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), como um tributo destinado exclusivamente a complementar o orçamento da Saúde — embora hoje já não seja mais assim. Já a EC 29 foi criada em 2000 com o objetivo de garantir a aplicação de um mínimo de recursos do orçamento da União, estados e municípios para a Saúde.

Para discutir os principais problemas do orçamento da saúde e entender as propostas que tramitam no Congresso Nacional para a regulamentação da Emenda 29 e para a CPMF, a Revista RET-SUS convidou para uma entrevista o presidente da Frente Parlamentar de Saúde, o deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS), e o médico sanitário Gilson Carvalho, estudioso do assunto.

## ENTREVISTA: Darcísio Perondi



Presidente da Frente Parlamentar de Saúde

### Qual é a atual situação do financiamento da saúde?

Atualmente, a saúde sofre com o subfinanciamento, com reflexos, principalmente, na assistência e na Atenção Básica. O problema do financiamento na saúde começou no governo Itamar Franco (1992-1994), quando foram desviados do SUS os 30% da Seguridade Social que deveriam ir para a saúde, como determinava a Constituição Federal. Se isso não tivesse acontecido, hoje teríamos R\$ 90 bilhões ao invés dos R\$ 44 bilhões que o Ministério da Saúde conseguiu em 2007. Mesmo em 1996, com a aprovação da CPMF, o quadro não mudou muito. Temos, então, 15 anos de subfinanciamento. No ano 2000, começamos uma enorme luta no Congresso Nacional para garantir recursos mínimos para a saúde, vindos dos três entes federados. Aprovamos a Emenda Constitucional nº 29, que não foi o

ideal. Mas, mesmo assim, vibramos com o fato de termos garantido recursos mínimos para o Sistema Único de Saúde. O setor passou a receber em dia e ter um financiamento de fonte segura. Houve um salto para a Atenção Básica e deu para avançar no SUS. Analisando hoje a EC 29, acho que, na época, poderíamos ter discutido melhor a proposta, já que deixamos os recursos referentes à União vinculados à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Não conseguimos, com isso, sustentabilidade. O que aconteceu: em pleno Plano Real, indexamos o valor ao PIB porque esperávamos que ele fosse crescer. Mas não cresceu. Então, as despesas da União com a saúde diminuíram. Isso é o coração do subfinanciamento.

### A EC 29 atualmente não é cumprida pela maioria dos estados e municípios. Por quê? O que muda com a regulamentação?

A Emenda é cumprida por alguns estados e municípios. O que acontece é que, como não há uma descrição do que são serviços de saúde, muitos utilizam o dinheiro para outras ações, como pavimentação de ruas, pagamento de aposentados e vacinação de gado, por exemplo. Os Tribunais de Conta não enfrentavam a situação porque não havia nada escrito na EC 29 que proibisse esse tipo de utilização dos recursos. Agora, com a regulamentação, ficou claro em que serviços de saúde podem ser utilizados os recursos mínimos. Vamos recuperar para o SUS o que estava sendo desviado.

### O Projeto de Lei do Senado nº 121/2007, do senador Tião Viana (PT-

# prorrogação da CPMF darão mais recursos ao SUS

## lamentar de Saúde e com o sanitarista Gilson Carvalho

**AC), estabelece que a União deve repassar para a saúde, no mínimo, 10% das receitas correntes brutas. O texto original do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 1/2003, do deputado federal Guilherme Menezes (PT-BA), também defendia esse percentual, mas foi modificado na votação do dia 31 de outubro, como queria o governo. Qual é a diferença entre os dois projetos?**

Os 10% das receitas correntes brutas para a saúde significariam R\$ 70 bilhões para o SUS. Seriam R\$ 25 bilhões a mais do que o Ministério da Saúde receberá no ano que vem. A vinculação à receita corrente bruta seria uma fonte melhor do que o PIB. Mas perdemos essa luta na Câmara dos Deputados.

**Qual era a proposta da Frente Parlamentar da Saúde?**

Queríamos que o aumento do investimento no SUS fosse gradual. Nossa proposta era a de aumentar os gastos da União em saúde em 8,5% das receitas correntes brutas já no próximo ano até chegar a 10% em 2011. A cada ano, aumentaríamos 0,05%. Mas o governo não aceitou e conseguiu aprovar que o valor que a União destinará seja corrigido anualmente pela variação do PIB nominal.

**Além da correção pelo PIB, foi aprovado pela Câmara dos Deputados que, de 2008 a 2011, será destinado ao SUS, a cada ano, os valores equivalentes aos percentuais de 10,17%, 11,61%, 12,70% e 17,37% da receita da CPMF. Qual é a opinião da Frente Parlamentar da Saúde sobre isso?**

Com o aumento do percentual da CPMF destinado ao SUS, a saúde ganhará, no ano que vem, R\$ 4 bilhões. Mas, para conter a crise, precisaríamos de um valor muito superior a esse. Por isso, a Frente Parlamentar da Saúde não concordou com essa proposta e tentou mostrar ao governo que os recursos não deveriam vir de uma fonte provisória. O governo melhora o repasse apenas nos últimos anos da seqüência, quando os percentuais são maiores. Mas a crise na saúde existe agora. Além disso, do texto que foi aprovado consta que o valor da CPMF não será incorporado ao piso que a União vai destinar para a saúde no próximo ano. Mas, mesmo não sendo o ideal, percebemos que a regulamentação da EC 29 e o aumento dos recursos da CPMF para a saúde já são um avanço.

**Depois de ter sido regulamentada na Câmara, a EC 29 segue para o Senado. O projeto ainda pode ser modificado?**

Houve um acordo que a EC 29 seria votada primeiro na Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei do Senado vai ser apensado ao Substitutivo da Câmara. Se os senadores concordarem com o texto já aprovado pelos deputados, a proposta não volta para a Câmara. O Senado ainda pode modificar e conseguir incluir os 10%. Mas acredito que não haverá mudanças.

**A Frente Parlamentar vai tentar alguma articulação com o Senado?**

O que vamos tentar agora é aumentar o valor da CPMF que será destinado para a saúde. Se esse imposto todo fosse para o SUS, teríamos R\$ 41 bilhões.

**Que órgãos vão fiscalizar o cumprimento do repasse mínimo?**

O Tribunal de Contas, o Ministério Público, os Conselhos de Saúde e o sistema de auditoria do SUS.

**Muitas pessoas defendem que o principal problema da saúde é a falta de financiamento. Mas há quem diga que os recursos recebidos são mal administrados. Qual é a sua opinião?**

A crise fundamental é o subfinanciamento. Mas a gestão também precisa melhorar. É preciso investir em capacitação dos recursos humanos e na valorização dos profissionais do SUS.

**Além da EC 29, está em tramitação no Congresso a prorrogação da CPMF. Em que medida ela é necessária?**

A CPMF é ruim. É um imposto cumulativo que não é bom para a economia. Mas hoje o país não está preparado para perder essa fonte de recursos. Para que o Brasil fique livre da CPMF, será preciso uma reforma trabalhista e tributária.

**É possível abrir mão do dinheiro proveniente da CPMF? Por quê?**

O fim da CPMF hoje seria um golpe na arrecadação e a saúde perderia muito com isso, principalmente agora que a lei determina que uma parte desses recursos ficará destinada ao SUS.

**O financiamento da saúde foi por muito tempo dividido nas chamadas “caixinhas”. Hoje, ele é dividido em cinco blocos. O que muda com a regulamentação da EC 29?**

Cada bloco vai receber mais recursos e o que será preciso é uma boa gestão.



Médico Sanitarista e especialista em financiamento da saúde

**Qual é a atual situação do financiamento da saúde e o que mudará com a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29?**

O financiamento da saúde no Brasil é reconhecidamente insuficiente. Além disso, nem sempre é utilizado para implementação de um modelo de saúde mais eficiente.

**A EC 29 atualmente não é cumprida pela maioria dos estados e municípios. Por quê?**

O Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops) serve para fazer essas análises. A última análise sobre financiamento da saúde dos estados aconteceu no ano de 2005. O estudo de 2006 ainda não foi concluído.

Em 2005, dos 27 estados brasileiros, 20 não cumpriram com os mínimos constitucionais. Os municípios, ao contrário, cumprem desde o ano 2000 mais do que o mínimo determinado pela Emenda Constitucional nº 29. Só em 2006, os municípios investiram R\$ 6 bilhões a mais que o mínimo – um acréscimo de 30% -, o que representa que eles estão gastando no Sistema Único de Saúde cerca de 20% de seus orçamentos. Somando os anos de 2005 e 2006, os municípios gastaram R\$ 10 bilhões a mais do que o mínimo determinado pela EC 29.

**Tanto no Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 1/2003, do deputado federal Guilherme Menezes (PT-BA), quanto no Projeto de Lei do Senado nº 121/2007, do senador Tião Viana (PT-AC), houve a preocupação em especificar o que é saúde. Em que medida essa mesma lógica vai ser seguida na versão final da lei?**

Os dois projetos reafirmam a definição do que são ou não são as ações e serviços de saúde. Esse é um reforço, com mais detalhamento, do que já está explícito no artigo 200 da Constituição Federal e nos artigos 3, 5 e 6 da lei nº 8.080. Essa é uma das conquistas da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

**O que falta para a Emenda 29 ser aprovada?**

Depois da aprovação da Câmara dos Deputados, que aconteceu no dia 31 de outubro, o próximo passo é a votação no Senado. Se não houver modificação no Senado que exija volta à Câmara, o texto final segue para a sanção presidencial.

**Que órgãos vão fiscalizar o cumprimento do repasse mínimo?**

Os órgãos de controle da administração pública são aqueles já expressos na Constituição Federal e nas leis, de-

nominados de órgãos de controle interno e externo. Considera-se o controle externo aquele feito pelo Legislativo e seu Tribunal de Contas, pelo Ministério Público e pelo Judiciário.

Já os de controle interno são aqueles da própria administração pública, como controladorias e auditorias, além dos órgãos próprios da saúde, como o Sistema Nacional de Auditoria e os Conselhos de Saúde de cada esfera de governo.

**Muitas pessoas defendem que o principal problema da saúde é a falta de financiamento. Mas há quem diga que os recursos recebidos são mal administrados. Qual é a sua opinião?**

As visões únicas e parciais em questões complexas como a saúde e sua administração podem levar a esse enfoque errado. As duas questões são essenciais e correm juntas: falta de dinheiro e falta de eficiência.

**Além da Emenda Constitucional nº 29, está em tramitação no Congresso a prorrogação da CPMF. Ela é necessária?**

Ninguém deve ser ingênuo demais. Nenhum governo pode, de repente, prescindir de uma fonte importante de receitas. A CPMF vem de 15 anos atrás. A saúde precisa de mais recursos, como estamos defendendo sempre. Como pensar que, no mesmo momento em que haverá mais recursos para a saúde, pode-se dispensar uma fonte de receitas?

Dizem que se desperdiça dinheiro, se usa mal e se perde por causa da corrupção. Tenho certeza disso, mas acontece que essa situação não pode ser modificada de uma hora para outra, pois existem problemas culturais de toda uma população que alimentam erros e vícios na administração pública. Inclusive o da apropriação do público pelo privado, legítima e ilegitimamente, coletiva e individualmente.

O fato é que a saúde hoje precisa ter mais recursos e não pode perder fontes de renda. Se esses recursos virão da CPMF ou de outras fontes com

alíquotas aumentadas, não importa. Independentemente disso, a sociedade tem que discutir que impostos e contribuições terão e quais serão as alíquotas.

Outra coisa é ler o que está acontecendo como uma campanha contra a CPMF. Quem mais poderá usufruir com a sua eliminação tem se esmerado em indignar aqueles que mais se beneficiam com sua existência e permanência e que pouco ou nada pagam dela!

**O governo está propondo que, além dos recursos que já seriam destinados para a saúde no ano que vem, seja acrescentado um percentual maior da CPMF. Você concorda com isso?**

Essa confusão é uma das inverdades que se está tentando plantar. O governo não quer aumentar a alíquota da CPMF, nem mesmo tirar da atual alíquota um maior quinhão para a saúde, o que só poderia acontecer com a aprovação do Congresso Nacional.

O que o governo está propondo é a utilização de um padrão de mais recursos para a saúde, baseado na alíquota da CPMF, usando-se como parâmetro a arrecadação da CPMF.

Para o ano de 2008, será acrescentado à variação nominal do PIB um recurso equivalente a 10,1788% da CPMF (R\$ 4 bilhões); em 2009, 11,619% da CPMF (R\$ 5 bilhões); em 2010, 12,707% da CPMF (R\$ 6 bilhões) e, em 2011, 17,372% da CPMF (R\$ 9 bilhões). Sairá de qualquer fonte e não de aumento de alíquota da CPMF.

**Com a regulamentação da Emenda 29, qual será a responsabilidade dos gestores?**

Nada muda na essência, pois o gestor tem que cumprir a Constituição Federal e as leis da saúde e da administração pública, com ou sem leis novas. A regulamentação do Projeto de Lei Complementar nº1/2003 irá, sem dúvida, clarear algumas questões e isso será bom para todos.

**O financiamento da saúde foi por muito tempo dividido nas chamadas**

**“caixinhas”. Hoje, ele é dividido em cinco blocos. Como você vê essa nova divisão?**

Pouco efetivamente mudou. Resolveu-se uma questão administrativa, que são o fluxo de caixa e a possibilidade de, conforme necessidade, utilizar-se de um e outro dinheiro, desde que mantida na integralidade a atividade para a qual ele foi pactuado.

Continuamos com a caixinha com a qual o Ministério da Saúde faz transferências de inúmeras formas e maneiras, todas elas dependendo de combinações e acordos.

**Com a regulamentação da Emenda 29, o que muda no Pacto de Gestão e nos blocos de financiamento?**

A regulamentação da EC 29 aporta mais recursos. A utilização desses recursos não ficou acoplada a nenhuma ação diferente do mundo amplo da saúde que sempre se teve de fazer no pós-constitucional.

O que o ministro Temporão está discutindo e formando é um PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) da Saúde para utilização desses recursos em ações prioritárias.

**Junto com o Pacto de Gestão, falava-se na Lei de Responsabilidade Sanitária. O que a lei determinava**

**e por que ela foi esquecida?**

Essa lei está no Congresso há anos e aguardando estudos, pareceres e interesses para que vá para frente. A primeira versão apresentada foi considerada exemplarmente policialesca. Uma versão substitutiva foi elaborada pelo ex-deputado Roberto Gouveia, mas por enquanto está mantida parada.

**Além da falta de recursos, estados e municípios reclamam das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sua opinião, em que medida ela está relacionada com a precarização do trabalho na saúde?**

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites máximos de gastos com pessoal. Prefeitos e governadores constantemente apontam para o atingimento desse limite. Essa é uma verdade. De outro lado, entra a questão das facilidades da terceirização, que pode ou não estar sendo feita devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também pelas facilidades de se precarizar, burlar o concurso, etc. Esse é um dos grandes nós críticos da saúde. Pior é que a terceirização é a precarização na qual vivem milhares de trabalhadores da saúde sem carteira assinada e, conseqüentemente, sem os mínimos direitos trabalhistas. ■

Despesas com ações e serviços públicos de saúde em relação ao PIB - União, Estados e Municípios: 2000 a 2005			
Ano	União	Estados	Municípios
2000	1,73%	0,54%	0,63%
2001	1,73%	0,65%	0,71%
2002	1,67%	0,73%	0,81%
2003	1,60%	0,72%	0,80%
2004	1,68%	0,83%	0,84%
2005	1,73%	0,80%	0,94%

Fonte: SIOPS (Estados e Municípios) SPO/MS (União) - Posição em 10/04/2007

## Controle Social é tema do terceiro eixo da 13ª CNS

**ETSUS capacitam conselheiros para a participação consciente nas discussões**

A 13ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá entre os dias 14 e 18 de novembro em Brasília (DF), abrirá espaço para o debate sobre a participação social no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse é o tema do terceiro eixo, que se chama 'A participação da sociedade na efetivação do direito humano à saúde'.

Segundo Artur Custódio, representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) e conselheiro nacional de saúde, o controle social perpassa todos os eixos da Conferência. Para ele, o fundamental é que o evento resgate a consciência coletiva. "O mais importante é trazer de volta o espírito da 8ª Conferência Nacional de Saúde, os conceitos de colaboração, interdisciplinaridade e, principalmente, seguridade social. Também vai haver um balanço da atuação dos conselhos e dos avanços dos últimos anos, para reafirmar o que está bom e corrigir os erros", afirma. A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 e os modelos de gestão também serão, para Artur, temas dos debates do terceiro eixo.

Sarah Escorel, pesquisadora do Núcleo de Estudos Político-Sociais em Saúde, do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Nupes/DAPS/ENSP/Fiocruz), aprova a idéia de o controle social ser tratado num espaço formal pensado para o seu exercício. "Acho ótimo que a Conferência exista, aconteça com regularidade e seja um mecanismo para as pessoas pensarem juntas sobre como desenvolver o SUS e a participação social", diz. A pesquisadora, porém, tem dúvidas sobre se a análise do funcionamento dos Conselhos será feita com a profundidade necessária. "Os discursos são muito inflamados, as posições, exacerbadas e, assim, as discussões mais profundas, levantando prós e contras, com argumentação, não conseguem ser feitas", diz. Um aspecto apontado por ela como um problema da 13ª CNS é a ausência de documentos-base a partir dos quais os municípios deliberem e construam gradativamente o relatório final. "A minha grande preocupação para este ano é a falta de teses sobre as quais pensar, que faz com que os mesmos pontos se-

jam discutidos reiteradamente, nas conferências municipais, estaduais e nacionais. Alguém teria que apresentar, mesmo que fosse para serem reconstruídas, quatro ou cinco propostas em relação a 'aonde vamos?'. Senão tudo vale, não se consegue juntar as propostas e o resultado é um número excessivo de deliberações, inviáveis de serem implementadas", diz.

Para Sarah, o exercício do controle social no país pelos conselhos é, por um lado, uma experiência positiva única, sem equivalente em nenhum outro lugar do mundo; e por outro, um processo que ainda não atingiu sua plenitude, com uma série de problemas que precisam ser resolvidos. "O que acontece no conselho é reflexo do grau de aprendizagem democrática que vivemos", diz. O representante do Morhan concorda: "Mesmo as dificuldades do controle social são pontos de aprendizagem de um sistema que está em aperfeiçoamento". Sarah aponta ainda falhas na representatividade dos

conselhos: "Seria importante que os conselheiros realmente representassem grupos que não participam fisicamente das reuniões, levassem a opinião deles para o debate e dessem um retorno do que está sendo decidido". E também cita como dificultador do trabalho dos conselhos o fato de os temas serem técnicos demais, muitas vezes fugindo do conhecimento que as pessoas têm dos problemas. "Com isso, retira-se legitimidade e representação de um usuário que é analfabeto, mas que representa politicamente a sua comunidade", exemplifica.

Artur Custódio defende que, independentemente de fazer parte de instituições com representação na CNS, cada pessoa pode exercer a "participação cidadã", ou seja, participar de atividades no seu município, discutir o sistema de saúde e denunciar quando se sentir ferida em seus direitos fundamentais. "É preciso dar poder ao usuário para que ele entenda que o SUS é da comunidade e lute pela sua cidadania", sugere.

### ETSUS promovem cursos para conselheiros de saúde

Com o objetivo de melhorar a atuação dos conselheiros do seu estado, as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) de São Paulo e do Pará organizaram capacitações de 40 horas para esses profissionais. Em São Paulo, as aulas já acontecem desde 2003, período no qual foram formados 1.393 alunos. Denize Malschitzky, coordenadora do curso, explica que a capacitação atende a uma necessidade real, porque há alta rotatividade de profissionais – o mandato é de apenas dois anos. Nessa ETSUS, o curso é voltado para os três segmentos do conselho: representantes de usuários, dos trabalhadores de saúde e da direção da respectiva unidade, com a proposta de integrá-los e melhorar a dinâmica das reuniões. "Os participantes têm a oportunidade de apropriar-se da legislação vigente, da necessidade de organização do conselho e do seu papel de conselheiro. E essa ampliação do olhar reflete na forma como eles se colocam como conselheiros após o curso, vendo a necessidade de autodisciplina para tornar efetiva sua participação no controle social do SUS", conta.

No Pará, a primeira turma deve começar no final deste ano, após a CNS. Segundo Ana Cláudia Gurjão, coordenadora do curso, as aulas serão dadas em forma de palestras por convidados de instituições sobre temas como controle das políticas e ações do SUS, responsabilidade ética e participação da comunidade na formação do direito à saúde. "Os conselheiros vão poder, a partir do conhecimento adquirido no curso, atuar como multiplicadores em outras regionais do estado. Dessa forma, a população ficará mais bem informada de seus direitos sociais, mais inserida nas discussões sobre o SUS e, portanto, nas ações de controle social", afirma.

Sarah Escorel considera importante que o conselheiro receba informações básicas sobre a história do SUS, a legislação e o funcionamento do conselho, mas alerta que o objetivo não deve ser transformar o conselheiro em um técnico. "A formação dele é, na verdade, política, anterior: foi isso o que o levou ao lugar onde está", diz.

## ETSUS Goiás oferece cursos de cuidador de crianças e de idosos

No dia 13 de agosto, o Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás deu início, pela primeira vez, ao curso de Cuidador de Crianças, com 128 horas. Segundo Márcia Tereza Castro, responsável pela capacitação na ETSUS, a iniciativa visa atender à necessidade de profissionais especializados para atuar em creches, escolas de educação infantil e residências particulares. “Queremos que esses profissionais que cuidam de bebês e crianças atuem com mais consciência e sensibilidade”, diz. A diretora da Escola, Hélia de Macedo, conta que a idéia surgiu da preocupação das próprias mães que trabalham fora em deixar seus filhos com a babá.

Já no dia 4 de julho, a Escola formou a sexta turma do curso de cuidador de idosos, com 30 alunos, em sua maioria pessoas da comunidade que tratam ou pretendam acompanhar idosos. Hélia

de Macedo, diretora da ETSUS, conta que esse curso, de formação inicial, foi uma forma que a instituição encontrou para abrir suas portas à comunidade. “Apesar de ser permitido o destino de 40% das vagas para a comunidade, isso não acontece nos cursos técnicos, nos quais a demanda dos próprios trabalhadores do SUS é muito grande”, explica.

As 112 horas de aulas foram divididas em uma parte teórico-demonstrativa, desenvolvida em sala de aula e no laboratório de enfermagem da ETSUS, e em abordagem prática, que consiste em visitas técnicas a duas instituições de atendimento ao idoso. A Escola contou com o apoio de profissionais das secretarias municipais e estadual de saúde e do Corpo de Bombeiros para agrupar as aulas teóricas em módulos temáticos.

No fim das aulas, os alunos responderam a questionários de avaliação do curso. “No primeiro dia de aula nós

perguntamos a eles sobre suas expectativas para, depois, saber se elas foram atendidas”, conta Hélia. Segundo a diretora, os resultados alcançados foram muito positivos: os alunos elogiaram o corpo docente, a organização e a metodologia do curso, e as visitas técnicas e ainda propuseram a ampliação da carga horária de alguns temas. No dia 14 de agosto, começou mais uma turma, com 35 vagas, do curso de cuidador de idosos.



Formandos do curso de Cuidador de Idosos

## ETSUS Piauí forma 884 ACS

O Centro Estadual de Educação Profissional de Saúde Monsenhor José Luiz Barboza Cortez (CEEPS/PI) realizou duas oficinas de encerramento do módulo I do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (ACS). A primeira aconteceu no dia 21 de junho, em Campo Maior, e a segunda, em Parnaíba, foi realizada em 28 de julho. As solenidades contaram com a presença de gestores e coordenadores regionais e secretários municipais de saúde.

Em ambas as oficinas, durante a manhã, reuniram-se gestores, coordenadores e os secretários de saúde dos municípios de cada microrregional, para fazer uma avaliação geral do curso, listar dificuldades e propor soluções. À tarde, a mesma avaliação foi feita pelos alunos, que ainda puderam expor trabalhos de campo feitos em equipes durante o curso. Depois das oficinas, foram entregues os certificados: 332 em Campo Maior e 552 em Parnaíba.

Um dos principais problemas discutidos nas oficinas foi a falta de estrutura física das escolas e a demora no

repasso de recursos devido a encargos burocráticos. Os professores ainda se queixaram da dificuldade em trabalhar com turmas heterogêneas, já que há alunos com níveis de instrução muito variados. Eles afirmaram, no entanto, que a própria metodologia do curso, com ênfase na dinâmica e na sensibilização, facilitou o seu trabalho.

Apesar das dificuldades apontadas, a avaliação do curso foi positiva. Os formandos acreditam que agora estão mais conscientes dos seus direitos e deveres e se sentem mais valorizados. Eles também disseram ter adquirido conhecimentos técnicos importantes e aprendido a planejar e organizar melhor o seu trabalho.



ACS recebe diploma em Campo Maior

## ETSUS Tocantins realiza capacitação pedagógica

A Escola Técnica de Saúde Pública do Tocantins realizou, entre os dias 22 e 24 de agosto, a primeira de três etapas de uma oficina de capacitação pedagógica para os docentes da instituição. Fizeram parte das atividades 40 professores das áreas de pedagogia, enfermagem, fisioterapia, odontologia, biomedicina, psicologia, farmácia, ciências biológicas, educação física e letras.

Segundo a coordenadora pedagógica Maria do Socorro Modesto, a iniciativa é de extrema importância, já que muitos dos professores da Escola são profissionais de saúde, sem formação na docência. “A oficina visa discutir o processo ensino-aprendizagem na metodologia utilizada, destacando as interferências culturais e a assimilação do sujeito na aprendizagem”, destaca.

As práticas foram voltadas aos docentes da capital, que receberam um treinamento de 24 horas. Foi feita uma contextualização do trabalho pedagógico e os professores receberam informações sobre o modo de avaliação da Escola.

## ESP-MG promove atividades no Dia do Idoso

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e o Centro de Saúde Oswaldo Cruz, da Prefeitura de Belo Horizonte, fizeram uma programação especial para abrir as comemorações do Dia Internacional do Idoso (1º de outubro). O evento 'ESP acolhe: Dia do Idoso' foi realizado no Edifício JK, na região sul de Belo Horizonte, na tarde de 27 de setembro. Dos 6 mil moradores do prédio, cerca de 300 são homens e mulheres com mais de 60 anos.

Os 30 participantes tiveram aulas de dança de salão, ginástica laboral, tai chi chuan, massoterapia e oficina de origami, oferecidas por profissionais de diversos setores da ETSUS. Houve também palestras sobre hipertensão e diabetes, além de um lanche especial ao fim do dia.



Massoterapia no 'ESP acolhe': programação especial na ETSUS

## Cetas inaugura BVS e novo site

O Centro de Educação Técnico Profissional na Área de Saúde (Cetas/RO) inaugurou na manhã do dia 12 de setembro sua estação da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Localizada no próprio Centro, a biblioteca possui uma estação com dois computadores, além de outros cinco distribuídos pelas salas de aula. O objetivo é atender a estudantes, pesquisadores, gestores e quaisquer membros da sociedade que tenham interesse na área de saúde. Através da BVS, é possível ter acesso a trabalhos científicos disponíveis na internet. No mesmo dia, foi lançado também o novo site da instituição ([www.cetas.ro.gov.br](http://www.cetas.ro.gov.br)), onde estão disponíveis informações sobre a Escola.

Entre as autoridades presentes na solenidade de inauguração, estavam a diretora geral da ETSUS, Nancy Oliveira de Freitas, o secretá-



Novo site da ETSUS Rondônia

rio de saúde do estado de Rondônia, Milton Luiz Moreira, a representante do Ministério da Saúde em Rondônia, Tânia Magalhães, e a representante do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme-OPAS-OMS), Rosemeire Rocha Pinto.

Após a cerimônia, durante a tarde, foi oferecido um curso de capacitação aos servidores da BVS, que vão auxiliar os usuários durante a pesquisa.

## Cursos oferecidos pelo CETAM

No dia 27 de agosto, teve início o curso de qualificação em Informática na Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra (AM). A ETSUS possui atualmente cinco laboratórios, cada um equipado com 20 computadores. Para as aulas, três desses laboratórios foram disponibilizados pela Escola.

Os 960 alunos estão divididos em nove turmas: seis com aulas durante a semana, todos os dias, e três aos sábados. Há cursos de Linux Básico, Windows Básico e Windows avançado.

Aconteceu ainda na ETSUS, nos dias 28 e 29 de agosto, um curso de Recepção Hospitalar promovido pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) em convênio com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), que atendeu a 35 servidores da Escola.

## ETSUS Maranhão realiza capacitação pedagógica para curso de ACS



Trabalho em grupo durante o curso de capacitação pedagógica

A Escola Técnica de Saúde do SUS Dr<sup>a</sup> Maria Nazareth Ramos de Neiva (MA) realizou no período de 10 a 14 de setembro sua primeira capacitação pedagógica de facilitadores e docentes para o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (ACS).

Estiveram presentes 90 técnicos de nível superior de 43 municípios das regionais de Rosário, Itapecuru-Mirim,

Pinheiro, Viana e da Grande São Luís. O curso tratou, dentre outros temas, da pedagogia problematizadora, da Legislação e Organização do SUS e da Política Nacional de Educação Permanente.

Os facilitadores e docentes capacitados deverão iniciar em breve o curso técnico em seus municípios, junto aos 2.665 ACS dessas regionais.

## Curso de ACS da ESP-MG é avaliado por supervisores e coordenadores

No dia 18 de julho, a equipe responsável pelo primeiro módulo do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (ACS) da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) reuniu-se com 20 supervisores do curso para refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem. Segundo a ETSUS, a iniciativa surgiu porque, depois de concluir o curso em 258 municípios mineiros, tornou-se importante avaliar os resultados e identificar mudanças necessárias.

## Início de reformas no Cefope

Tiveram início em agosto as obras de modernização e ampliação do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza (Cefope/RN). A reforma, avaliada em cerca de R\$ 1 milhão, será feita com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e o término está previsto para janeiro de 2008.

Houve também reuniões entre a Coordenadoria de Acompanhamento Pedagógico (CAP) da Escola e os coordenadores locais dos cursos, entre os dias 19 e 20 de julho. O objetivo foi orientar os coordenadores para o planejamento, a execução e a avaliação do processo. A CAP oferece capacitação pedagógica para médicos, enfermeiros e dentistas que já atuam no Programa Saúde da Família (PSF), preparando-os para atuar como docentes no curso de ACS.

Será feita a reforma do prédio principal, que conta com oito salas de aula, auditório, secretaria e sala de professores. Além disso, serão construídas duas salas de aula, uma lavanderia hospitalar, cantina, centro de convivência, biblioteca e laboratórios de enfermagem, esterilização, odontologia, nutrição, dietética e lactário, farmácia, análises clínicas e informática.

## Curso Técnico em Enfermagem no Tocantins

Teve início em 13 de setembro o curso de Complementação de Estudos do Auxiliar de Enfermagem para o Técnico em Enfermagem da Escola Técnica de Saúde do Tocantins. As turmas têm 35 alunos da Atenção Especializada do Hospital Materno Infantil Dona Regina e do Hospital Geral de Palmas.

No dia 22 de outubro, a ETSUS iniciou o curso Técnico em Enfermagem para novos 40 alunos, sendo 36 vagas destinadas a profissionais da saúde e seis a pessoas da comunidade. O curso tem carga horária de 1.800 horas, sendo 1.200 de teoria e prática em laboratório e 600 de estágio supervisionado. Segundo a ETSUS, o objetivo é habilitar técnicos em enfermagem, ensinando-lhes a lidar com as frequentes mudanças ocorridas na área da saúde.

## Alunos da ETSUS Tocantins na chamada nutricional

Os 57 alunos do curso Técnico em Nutrição e Dietética da Escola Técnica de Saúde do Tocantins participaram da Chamada Nutricional do Tocantins, no dia 25 de agosto, durante a Campanha de Vacinação contra a Paralisia Infantil. Foram realizados 536 atendimentos.

A Chamada teve como objetivo verificar o estado nutricional das crianças menores de cinco anos vacinadas durante a campanha. Durante todo o dia, foram avaliados o peso e a altura das crianças. Foram também elaborados questionários para os pais e responsáveis, para avaliar os hábitos alimentares das crianças e verificar possíveis desvios nutricionais.

Em Palmas, foram instalados dez postos de vacinação, um na região Norte e os demais na região Sul. Em cada posto, havia dois entrevistadores, dois antropometristas e um supervisor responsável pela coleta de aproximadamente quinhentos questionários.

“É a ETSUS desenvolvendo o seu papel social e cuidando da saúde da população tocantinense”, afirma a direção da Escola.



## ETSUS Tocantins forma turmas de THD

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins realizou no dia 15 de setembro a solenidade de formatura dos alunos de duas turmas do curso Técnico em Higiene Dental (THD). A cerimônia foi apresentada pela presidente da ETSUS, Iolanda Rocha, e pela coordenadora do THD de Araguaína, Eliana Andrade. O evento aconteceu no auditório do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITOAC), em Araguaína.

Para a aluna Raquel Borges, a formatura foi especial. “Esta é uma hora de reconhecimento do nosso esforço, dos obstáculos e dificuldades que tivemos para chegar até aqui. As lágrimas, as tristezas, as correrias e preocupações dão lugar ao abraço da vitória alcançada”, disse.

De acordo com Iolanda, é grande a satisfação de saber que uma missão foi cumprida. “Tínhamos como meta levar a nossa instituição para o Norte e Sul do Tocantins, mas tudo parecia tão distante, difícil e até irreal, diante de vários percalços”, destacou a presidente.

As turmas eram descentralizadas do pólo de Araguaína. O curso foi realizado em três módulos, totalizando 1.480 horas de aulas teóricas, práticas e estágio,



Turma de THD em Tocantins

distribuídas ao longo de 18 meses. Os recursos financeiros vieram do governo de Tocantins e contemplaram 21 municípios do estado: Araguaína, Filadélfia, Nova Olinda, Piraquê, Carmolândia, Aragominas, Santa Fé, São Sebastião, Guaraí, Santa Terezinha, Brasilândia, Goianorte, Aguiarnópolis, Maurilândia, Tocantinópolis, Babaçulândia, Couto Magalhães, Arapoema, Riachinho, Pau D'Arco e Nazaré.

O Tocantins possui agora 142 THDs. A Escola já concluiu quatro turmas em Palmas, duas em Araguaína e tem mais duas em andamento, sendo uma em Palmas e outra em Gurupi. A ETSUS iniciou ainda duas turmas de THD em Palmas e outra em Porto Nacional, além de duas turmas de complementação de Auxiliar para Técnico em Enfermagem.

## Alunos da ETESB recebem bolsas de Iniciação Científica

A Escola Técnica de Saúde de Brasília foi contemplada com bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Os alunos Bruno Oliveira e Lorena Noronha, orientados pelas pesquisadoras Iara Ramires e Maria Aurení Miranda, representaram a ETSUS, com o projeto ‘Seguimento dos Egressos da Escola Técnica de Saúde de Brasília: Inserção no Setor Saúde e as Percepções do Processo Formativo’, que foi ainda analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CEP/SES-DF).

Para participar da seleção, os estudantes precisavam atender a alguns requisitos, como possuir três horas diárias disponíveis para a pesquisa e ter conhecimento prático na área de

informática. Houve ainda uma etapa de entrevistas telefônicas e simulações da prática.

De acordo com Bruno e Lorena, o objetivo do trabalho é analisar a inserção dos ex-alunos no mercado e as dificuldades de empregabilidade no setor saúde. “Hoje, a Escola não possui informações precisas sobre quantos ex-alunos estão empregados e onde eles trabalham”, diz Bruno. Outra proposta é identificar a qualidade do processo formativo dos alunos egressos dos cursos técnicos ofertados pela ETESB. Assim, será possível investigar o real papel da Escola na formação dos alunos e perceber se essa formação está de acordo com as demandas do sistema de saúde local. Esses indicadores devem subsidiar o redirecionamento dos processos formativos e possibilitar a reflexão sobre qualidade, identidade e criatividade da Escola na sua missão.

A pesquisa usa como instrumento de investigação um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas e tem como amostra 170 egressos dos cursos de Técnico de Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica e Técnico em Saúde e Bucal de 2004 a 2006. O estudo irá se estender até agosto de 2008.

De acordo com a enfermeira Dirlene Sousa Coelho, professora da ETESB que já integrou o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/SES-DF), esse projeto representa uma forma de estimular a participação de docentes e discentes em trabalhos e estudos que fomentem a aquisição de conhecimentos por meio da participação pró-ativa, subsidiando o autodesenvolvimento e a transformação de sua realidade socioeconômica e cultural.

## Aula inaugural do curso de ACS em Cariri

A Escola de Saúde Pública do Ceará promoveu, no dia 26 de setembro, a aula inaugural do primeiro módulo do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, em Juazeiro do Norte. A aula foi ministrada pela instrutora regional de ACS, Guaracimeire de França, no Memorial Padre Cícero. Estiveram presentes a presidente da escola pública de Juazeiro do Norte, Carmem Osterno, o secretário de saúde do município, Francisco Holanda Júnior, e o prefeito Raimundo Macedo.

Durante o evento, Meire de França falou sobre a metodologia do curso, além de apresentar a história da formação do ACS e fazer uma reflexão sobre a função desse profissional. De acordo com ela, muitas pessoas se inscrevem para o concurso sem conhecer o papel dos agentes. “Ser ACS é uma missão e eles devem mergulhar de corpo e alma. É preciso gostar de se comunicar, ir de casa em casa, conhecer as famílias das comunidades. E é muito importante, para os municípios, que os ACS tenham esta consciência”, opinou.

As 12 novas turmas são formadas por 266 alunos de Juazeiro do Norte, 15 de Araripe e 52 de Barbalha. As aulas tiveram início no dia 2 de outubro. No Ceará, 9.845 ACS já completaram o primeiro módulo do curso.



Francisco de Holanda entrega Kits de trabalho do ACS

## Vice-governador de Minas visita ESP-MG

O vice-governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Anastasia, visitou em agosto a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Na Escola, Anastasia falou sobre o papel da qualificação profissional de recursos humanos, sobre a educação continuada e sobre o fortalecimento dos projetos estruturantes do governo. “O trabalho da Escola de Saúde Pública é formar bons profissionais e atender à população, principalmente a mais carente. Estamos diante da política pública mais requisitada pela população e nosso dever é atender a todos os cidadãos, em todo o estado”, afirmou.

De acordo com o diretor-geral, Rubensmidt Riani, a Escola tem como metas a implantação de 120 turmas de ensino técnico, 100 turmas de capacitação, 12 de pós-graduação e o desenvolvimento de cinco projetos de pesquisa em saúde pública.

## EFOS analisa trabalho de técnicos em Enfermagem

Em setembro, o projeto de pesquisa ‘A Formação do Técnico em Enfermagem e as transformações no seu trabalho’, da Escola de Formação em Saúde (SC), foi aprovado pelo Ministério da Saúde. O trabalho de campo começou a ser feito no dia 6 de setembro, a partir de entrevistas com ex-alunos da Escola que trabalham no Hospital Regional de São José e no Instituto de Cardiologia. Também estão sendo entrevistados pacientes e chefias dos hospitais.

Segundo a enfermeira e coordenadora da pesquisa, Cleonete Argenta, o principal objetivo é analisar a influência do processo ensino-aprendizagem do curso Técnico em Enfermagem da ETSUS no trabalho dos ex-alunos. A pesquisa também pretende verificar a existência de transformações no modo de trabalho ao longo do tempo.

## ESP-MG inicia curso de ACS

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais deu início, em agosto, ao primeiro módulo do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde em diversos municípios do estado. O objetivo é formar 4.880 ACS como profissionais críticos e reflexivos, capazes de desenvolver ações de integração social, promoção da saúde e prevenção de agravos na família e na comunidade. A metodologia utilizada parte da prática. De acordo com uma das responsáveis pelo curso, Patrícia Parreiras, isso faz com que os alunos problematizem sua realidade, com o intuito de transformá-la.

As aulas já tiveram início nos municípios de Bonfim, Betim, Belo Vale, Moeda, Caeté, Belo Horizonte, Esmeraldas, Sabará, Santa Luzia, Pitangui, Pará de Minas, Divinópolis, Itabira, Juiz de Fora, Manhumirim, Ubá e Varginha. A estimativa é de que, até o fim do ano, todos os 853 municípios de Minas tenham iniciado o módulo I.

## ETESPPE forma Técnicos de Enfermagem

Em setembro, a Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco realizou a formatura da turma de complementação de Técnico de Enfermagem, no município de Lagoa Grande. O curso teve duração de 600 horas e os 82 formandos receberam seus diplomas no dia 15. Na cerimônia, estiveram presentes o prefeito Robson Amorin, a superintendente de Gestão de Pessoas, Ericka Martins, e o secretário de saúde, Severino Ferreira. Amorin falou sobre o valor do profissional de saúde, destacando a importância de a Escola ter concluído mais um curso.

## ERRAMOS:

Na edição passada, na nota ‘Sindicato de ACS em Roraima: Estímulo da ETSUS’, a sigla do sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Roraima é SINDCAS/RR, e não SINDICAS/RR, como foi publicado.